

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. Objeto, justificativa e problematização	15
2. Plano de trabalho	17
 1. Estado da arte: o debate antecedente à Lei n.º 13.303/2016 acerca das estatais e seu regime jurídico	 21
1.1 Introdução.....	21
1.1.1 Antecedentes ao Decreto-lei n.º 200/1967.....	29
1.1.2 Disciplina pela Constituição Federal de 1967, pelo Decreto-lei n.º 200/1967 e a EC n.º 01/1969.....	37
1.2 Posição doutrinária consolidada depois da vigência da Cons- tituição Federal de 1988 – a sedimentação da dicotomia <i>estatal que desempenha atividade econômica x estatal que presta serviço público</i>	46
1.3 Os questionamentos à dicotomia <i>prestação de serviço pú- blico x desempenho de atividade econômica</i> como elemento definidor do regime jurídico das estatais	55
1.4 Conceito tradicional de serviço público e suas transforma- ções	62
1.4.1 Assimilação da noção de serviço público pela dog- mática brasileira	62
1.4.2 Transformações no conceito tradicional de serviço público	68
1.4.2.1 A figura da autorização	68
1.4.2.2 A pluralidade dos regimes de prestação de serviço público e a possibilidade de concorrência entre prestadores.....	87
1.5 Conclusão parcial	100

2. Lei n.º 13.303/2016 e a proposta de releitura de dicotomia <i>serviço público vs. atividade econômica</i> como critério definidor do regime jurídico das empresas estatais	103
2.1 Introdução	103
2.2 A “opção” do legislador traduzida no artigo 1.º, <i>caput</i> , da Lei n.º 13.303/2016.....	104
2.3 Definições legais de empresa pública e sociedade de economia mista.....	107
2.4 A discussão sobre a (in)constitucionalidade do Estatuto das Estatais, diante do artigo 173, § 1.º, da Constituição Federal	115
2.5 Para além da dicotomia	125
2.5.1 Introdução	125
2.5.2 Empresas estatais e exercício de funções tipicamente públicas	128
2.5.3 Estatal e fornecimento de bens e serviços para o próprio Estado	140
2.5.4 Empresas estatais e atividade de fomento.....	145
2.5.5 Empresas estatais e obras públicas.....	153
2.6 Critérios para definição do regime jurídico das estatais – uma proposta de releitura da dicotomia <i>atividade econômica vs. serviço público</i>	156
2.6.1 Introdução	156
2.6.2 Complexidade das atividades das empresas estatais e a necessária vinculação do regime jurídico a tal atividade	158
2.6.3 A situação das estatais que atuam como concessionárias de outros entes federativos	162
2.6.4 A necessária agregação de outros elementos para identificação de um regime jurídico	167
2.6.5 A multiplicidade dos regimes jurídicos.....	171
3. Principais aspectos do regime jurídico das empresas estatais	173
3.1 Introdução.....	173
3.2 Regime de pessoal	173
3.3 Licitações e contratos.....	180

3.4	Regime tributário.....	197
3.5	Regime de bens	210
3.6	Sujeição à falência	225
3.7	Fiscalização e controle.....	228
3.8	A <i>autarquização</i> das empresas estatais.....	243
3.9	Função social da estatal.....	246
CONCLUSÃO.....		259
REFERÊNCIAS.....		277